

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões 01 e 02:

“- Por que as pessoas em diferentes países com diferentes crenças não podem todas juntas viverem em paz?

- Porque elas se recusam a ouvir sobre o que é bom para elas.

- Quem iria dizer pra elas o que é bom pra elas?

- Eu!”

01) Por que, de acordo com o texto, pode-se concluir que a paz não será alcançada?

- A) Porque é o Governo quem detém a paz.
- B) Porque as pessoas respeitam opiniões divergentes daquelas concebidas por elas.
- C) Porque as ideias da população não são diversificadas.
- D) Porque ela depende dos interesses pessoais
- E) Nenhuma das Alternativas Anteriores.

02) Qual é a classificação morfológica dos dois vocábulos “diferentes”?

- A) Adjetivo.
- B) Substantivo.
- C) Preposição.
- D) Pronome.
- E) Verbo.

03) Das alternativas abaixo, indique aquela cujas palavras obedecem à mesma regra de acentuação:

- A) Amapá; babás; paletós; dócil.
- B) Também; herói; júri; pés.
- C) Pólen; magnólias; nós; crítico.
- D) Ônix; tórax; açúcar; vírus.
- E) Porém; apólice; vítima; cítrico.

04) Assinale a alternativa em que há erro de concordância:

- A) As matas foram bastante danificadas pelo fogo.

B) A sala tinha bastantes carteiras, mas era meio escura.

C) As duas ilhas ficam muito distante do litoral.

D) Achei o príncipe e sua filha muito simpáticos.

E) Nenhuma das Alternativas Anteriores.

05) “Pelas de animais, contudo, voltaram a ser chiques.” A conjunção *contudo* exprime a ideia de:

- A) Adversidade.
- B) Adição.
- C) Alternância.
- D) Conclusão.
- E) Explicação.

06) Assinale a alternativa CORRETA para o preenchimento das lacunas das frases que seguem:

- 1 - O sol nasce ___ leste.
- 2 - Os pneus aderem ___ pista.
- 3 - Assistiu ___ reuniões de ontem?
- 4 - O rio corre paralelamente ___ mata.

- A) a; a; à; à.
- B) à; a; as; a.
- C) a; à; às; à.
- D) à, à, às, a.
- E) a; a; as; à.

07) Em relação à ortografia, analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA.

- I - Umedecer – cuscuz – flecha – xereta
 - II - Umidecer – batismo – batizar – maisena
 - III - Flecha – umedecer - maisena – mortadela
- A) Somente a afirmativa I está correta.
 - B) Somente a afirmativa II está correta.
 - C) Somente na afirmativa III está correta.
 - D) Somente as afirmativas I e III está correta.
 - E) Todas as afirmativas estão corretas.

08) Quanto às regras de acentuação, as palavras máxima, possível e código são classificadas, respectivamente, como:

- A) Proparoxítone – paroxítone – proparoxítone.

- B) Paroxítona – paroxítona – oxítona.
- C) Todas são proparoxítonas.
- D) Todas são paroxítonas.
- E) Paroxítona – proparoxítona – proparoxítona.

09) Em “a partir do momento em que a vítima completa 18 anos”, o termo em destaque, quanto à classe de palavras, pertence à classe:

- A) Dos numerais.
- B) Dos pronomes.
- C) Das preposições.
- D) Dos verbos.
- E) Dos substantivos.



10) No primeiro quadrinho, qual é o termo da oração que aparece isolado por vírgula?

- A) Aposto.
- B) Vocativo.
- C) Adjunto adverbial.
- D) Complemento nominal.
- E) Adjunto adnominal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Acerca da seguridade social, assinale a opção CORRETA:

- A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar somente os direitos relativos à saúde e à assistência social.
- B) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante

recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais.

C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, e, em razão da repartição constitucional de competências, não há que se falar em solidariedade entre os entes federados nesse âmbito.

D) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial,

E) Para fazer jus às prestações materiais inseridas no âmbito da assistência social, é imprescindível que a pessoa esteja adimplente com o recolhimento de contribuições sociais ou em gozo do período de graça.

12) Acerca dos segurados da Previdência Social, assinale a opção CORRETA:

A) Aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social não pode ser obrigatoriamente filiado em relação a cada uma delas, devendo realizar a opção quando de sua inscrição do INSS.

B) O exercício de atividade remunerada em período não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil e o exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural descaracterizam a condição de segurado especial.

C) Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

D) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime, por já

estar em gozo de benefício mantido pelo RGPS, não é mais segurado obrigatório em relação a essa atividade, ficando isento do recolhimento de contribuições sociais.

E) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social ainda que não amparados por regime próprio de previdência social.

13) Sobre os benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, marque a opção CORRETA:

A) Para todos os segurados do Regime Geral de Previdência Social, a aposentadoria por idade será devida, cumprida a carência exigida, quando se completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

B) O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, sendo automaticamente cessado nos casos de o segurado receber salário ou lhe for concedido outro benefício.

C) O retorno voluntário à atividade remunerada e a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez ensejam o imediato cancelamento do benefício.

D) A comprovação do tempo de serviço para efeitos previdenciários, independentemente de força maior ou caso fortuito, será feita ordinariamente por prova testemunhal.

E) A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

14) Acerca do benefício assistencial de prestação continuada, assinale a opção CORRETA:

A) O benefício de prestação continuada é a garantia de meio salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

B) Para efeito de concessão deste benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

C) Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo, não cabendo ao magistrado, analisando o caso concreto, relativizar esse parâmetro.

D) O benefício de que trata este artigo pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.

E) Para fins de concessão do benefício à pessoa com deficiência, é imprescindível que se comprove a existência de impedimento que produza efeitos pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

15) Acerca das pessoas naturais, das pessoas jurídicas e dos bens, assinale a opção CORRETA:

A) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

B) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

C) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos,

havendo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

D) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, assim como o direito à sucessão aberta.

E) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis.

16) Sobre os negócios jurídicos, marque a opção CORRETA:

A) A manifestação de vontade não subsiste se o seu autor houver feito a reserva mental de não querer o que manifestou, ainda que dela o destinatário não tenha conhecimento.

B) Nas declarações de vontade se atenderá mais à literalidade da linguagem nelas consubstanciada do que à intenção dos agentes.

C) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

D) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição resolutiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

E) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

17) Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a opção CORRETA:

A) Ainda que ambas as partes procedam com dolo, o negócio jurídico será anulável.

B) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, ainda que dela não tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a quem aproveite.

C) Ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

D) Os negócios jurídicos nulos e anuláveis são suscetíveis de confirmação

E) A invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável.

18) Sobre a aplicação da lei penal, assinale a assertiva CORRETA:

A) Considera-se praticado o crime no momento de sua consumação.

B) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

C) A lei excepcional ou temporária, após decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica aos fatos praticados durante sua vigência.

D) A aplicação da lei brasileira aos crimes cometidos no estrangeiro contra a vida ou a liberdade do Presidente da República depende, dentre outras condições, da entrada do agente no território e de não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena.

E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e todos os efeitos da sentença condenatória.

19) Acerca da teoria do crime, marque a alternativa CORRETA:

A) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade; em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito; sob violenta emoção ou paixão; e em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

B) Independentemente de previsão legal, é possível a punição para todo resultado criminoso, ainda que decorrente de imprudência, negligência ou imperícia do agente.

C) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

D) A ineficácia absoluta do meio ou a absoluta impropriedade do objeto dão ensejo à punição do agente com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

E) Há desistência voluntária quando o agente repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.

20) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configura o crime de:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Corrupção.
- D) Prevaricação.
- E) Condescendência criminosa.

21) O princípio da eficiência, introduzido na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 19/98, traz em si a ideia de uma administração:

- A) Descentralizada.
- B) Informatizada.
- C) Imune ao controle jurisdicional para fazer face aos reclamos de rapidez.
- D) Informal.
- E) Gerencial.

22) Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- A) De acordo com o atributo da imperatividade, a Administração pode executar os seus próprios atos, sem a necessidade de prévia chancela judicial.
- B) A ato administrativo é reputado perfeito quando for expedido em absoluta conformidade com o sistema normativo.
- C) Ato administrativo composto é o que resulta da soma ou fusão das vontades expressadas por mais de um órgão ou agente público.
- D) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado, por meio do qual a Administração Pública reconhece ao particular um direito relativamente ao exercício de uma atividade jurídica ou material.
- E) Revogação é a extinção, com efeitos *ex nunc* do ato administrativo ou de seus efeitos válidos, causada por ato administrativo, por razões de legalidade.

23) Sobre a organização da Administração Pública e os serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A função administrativa é realizada de forma desconcentrada quando é distribuída internamente, dentro da própria entidade com competência para desempenhar a função, entre os seus próprios órgãos.
- B) A Administração Direta ou Centralizada é aquela constituída a partir de um conjunto de órgãos públicos através dos quais o Estado desempenha diretamente a atividade administrativa.
- C) Os serviços públicos podem ser prestados pelos órgãos da Administração Direta e pelas entidades da Administração Indireta ou, ainda, por empresas privadas concessionárias, permissionárias ou autorizatárias.
- D) São formas de outorga do serviço público a concessão, a permissão e autorização.
- E) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os serviços públicos essenciais, remunerados por tarifa, podem sofrer interrupção quando há inadimplência, como previsto no art. 6º, § 3º, inciso II, da Lei nº 8.987/95. Exige-se, entretanto, que a interrupção seja precedida de prévio aviso.

24) No que atine aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A atribuição de que dispõe a Administração Pública para apurar infrações administrativas e punir pessoas sujeitas à disciplina administrativa, em razão de haverem contratado com a Administração, encontra fundamento no poder hierárquico.
- B) O exercício do poder de polícia, entendido com o a atividade administrativa que se destina a condicionar e restringir o exercício das liberdades individuais e o uso, gozo e disposição da liberdade, objetivando ajustá-los aos interesses coletivos, carece de prévia autorização judicial.
- C) O poder hierárquico impõe ao subordinado o cumprimento das determinações superiores, salvo se manifestamente ilegais.

D) O poder normativo confere aos Chefes do Poder Executivo a atribuição de disciplinar matéria sujeita à iniciativa de lei até que esta venha a ser editada.

E) Segundo a doutrina tradicional, há desvio de poder quando o agente público atua fora dos limites de suas atribuições.

25) A respeito dos contratos administrativos, assinale a opção CORRETA.

A) De acordo com a Lei nº 8.666/93, é possível a existência de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.

B) A decisão administrativa para a prorrogação de contrato consubstancia atividade discricionária e, como tal, não assegura ao contratado direito subjetivo à manutenção do ajuste.

C) Força maior e caso fortuito são eventos imprevisíveis e inevitáveis e, portanto, não geram para o contratado direito à restauração do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de o cumprimento do contrato ser ainda possível.

D) Os contratos administrativos deverão sempre guardar a forma escrita, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração.

E) A nulidade do contrato administrativo exonera em qualquer caso a Administração do dever de indenizar o contratado.

26) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a divisão de poderes assinale a alternativa INCORRETA:

A) Cabe ao Poder Judiciário a análise da legalidade e constitucionalidade dos atos dos três Poderes constitucionais, e, em vislumbrando mácula no ato impugnado, afastar a sua aplicação.

B) São inadmissíveis de leis restritivas ao poder geral de cautela do juiz, ainda que fundadas no critério da razoabilidade.

C) Cumpre ao Poder Judiciário a administração e os rendimentos referentes à conta única de depósitos judiciais e extrajudiciais

D) É constitucional norma que subordina o licenciamento ambiental à prévia autorização da

Poder Legislativo, não implicando a medida em indevida interferência na atuação do Poder Executivo.

E) Os atos administrativos que envolvem a aplicação de “conceitos indeterminados” estão sujeitos ao exame e controle do Poder Judiciário.

27) Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é competência privativa da União legislar sobre:

A) Horário de funcionamento das farmácias.

B) Interrogatório por vídeo conferência.

C) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

D) Medidas de conforto aos usuários de serviços bancário, bem como de equipamentos para proporcionar-lhes segurança.

E) Previdência social, proteção e defesa da saúde.

28) De acordo com a Constituição Federal, é competência da União, salvo:

A) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

B) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

C) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

D) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

E) Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados.

29) São direitos constitucionais do servidor ocupante de cargo público, salvo:

- A) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável
- B) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- C) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- D) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- E) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

30) Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- A) São garantias funcionais de seus membros a vitaliciedade, a irredutibilidade de subsídios e a autonomia financeira.
- B) Os membros dos Tribunais Regionais Federais são nomeados pelo Presidente da República dentre integrantes da instituição que figurarem em lista tríplice escolhida mediante voto plurinomial, facultativo e secreto, dos juízes federais vitalícios.
- C) O Conselho Nacional de Justiça não exerce função jurisdicional, restringindo-se sua competência ao âmbito administrativo.
- D) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, quaisquer que sejam.
- E) Compete ao Supremo Tribunal Federal elaborar o regimento interno dos tribunais do país.

31) Marque a alternativa INCORRETA. Serão representados em Juízo, ativa e passivamente:

- A) A herança jacente, por seu curador.
- B) A massa falida, pelo síndico.
- C) O condomínio, pelo administrador ou pelo síndico.
- D) As pessoas jurídicas, pelos sócios.
- E) A União, os Estados e o Distrito Federal, por seus procuradores.

32) Sobre a competência dos órgãos judiciários, indique a CORRETA:

- A) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.
- B) Cabe à autoridade judiciária estrangeira proceder ao inventário e partilha de bens, caso o autor da herança resida fora do Brasil.
- C) Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- D) A ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência.
- E) A Justiça Federal poderá processar e julgar ações pertinentes ao estado da pessoa.

33) Acerca dos atos processuais, selecione a CORRETA:

- A) O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.
- B) O direito de consultar os autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores, vedado ao terceiro consultar ou solicitar quaisquer cópias dos autos.
- C) Durante as férias e nos feriados não se praticarão atos processuais, sem exceção.
- D) São feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias declarados por lei.
- E) Admitem-se espaços em branco nos atos ou termos do processo.

34) Sobre os atos processuais, assinale a CORRETA:

- A) Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, no curso da licença paternidade.
- B) Segundo o CPC, não cabe citação postal no processo de execução.
- C) O instrumento de mandato não é requisito da carta precatória.

D) Comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data do comparecimento.

E) É lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao advogado que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro em 24 (vinte e quatro) horas, será excluído do processo.

35) No que tange aos recursos, marque a CORRETA:

A) Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias.

B) Se Turma do Supremo Tribunal Federal decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, 4 (quatro) votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.

C) O recurso interposto por um dos litisconsortes sempre a todos aproveita.

D) Caso haja litisconsortes, o recorrente poderá desistir do recurso apenas com anuência daqueles.

E) Recebida a petição do recurso extraordinário ou especial pela secretaria do tribunal, será intimado o recorrido para apresentar contra-razões na instância superior.

36) Selecione a CORRETA, quanto à competência tributária e ao Sistema Tributário Nacional:

A) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de utilidade pública.

B) O efeito suspensivo da prescrição ocasionado pela inscrição em dívida ativa (art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/80) não atinge o crédito tributário.

C) A destinação legal do produto da arrecadação do tributo possui relevância para sua qualificação.

D) O princípio da anterioridade tributária não precisa ser observado pelos Municípios que instituírem contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

E) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de contribuição de melhoria.

37) Relativamente aos limites constitucionais ao poder de tributar, indique a INCORRETA:

A) É vedado à União instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

B) Livros, jornais e periódicos são imunes a impostos, assim como o papel destinado a sua impressão.

C) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos tributos que incidam sobre mercadorias e serviços.

D) O imposto de importação não está sujeito ao princípio da anterioridade.

E) Não podem a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios utilizar tributo com efeito de confisco.

38) Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador.

B) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.

C) A obrigação tributária é principal ou acessória.

D) A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se dos efeitos do fatos relativamente ocorridos.

E) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes seus efeitos desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios, seja a situação fática ou jurídica.

39) No que pertine ao lançamento, aponte a CORRETA:

A) A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes da inscrição em dívida ativa.

B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.

C) A atividade administrativa de lançamento é discricionária, mas obrigatória.

D) O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição suspensiva da ulterior homologação ao lançamento.

E) A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

40) Em se tratando de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, é CORRETO afirmar que:

A) Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, na ordem crescente dos montantes.

B) Prescrição e decadência são hipóteses de extinção do crédito tributário, assim como a dação em pagamento de bens móveis.

C) A prescrição se interrompe pelo despacho do juiz em execução fiscal.

D) A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo, dentre outros aspectos, à diminuta importância do crédito tributário.

E) O sujeito passivo tem direito, mediante prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento.